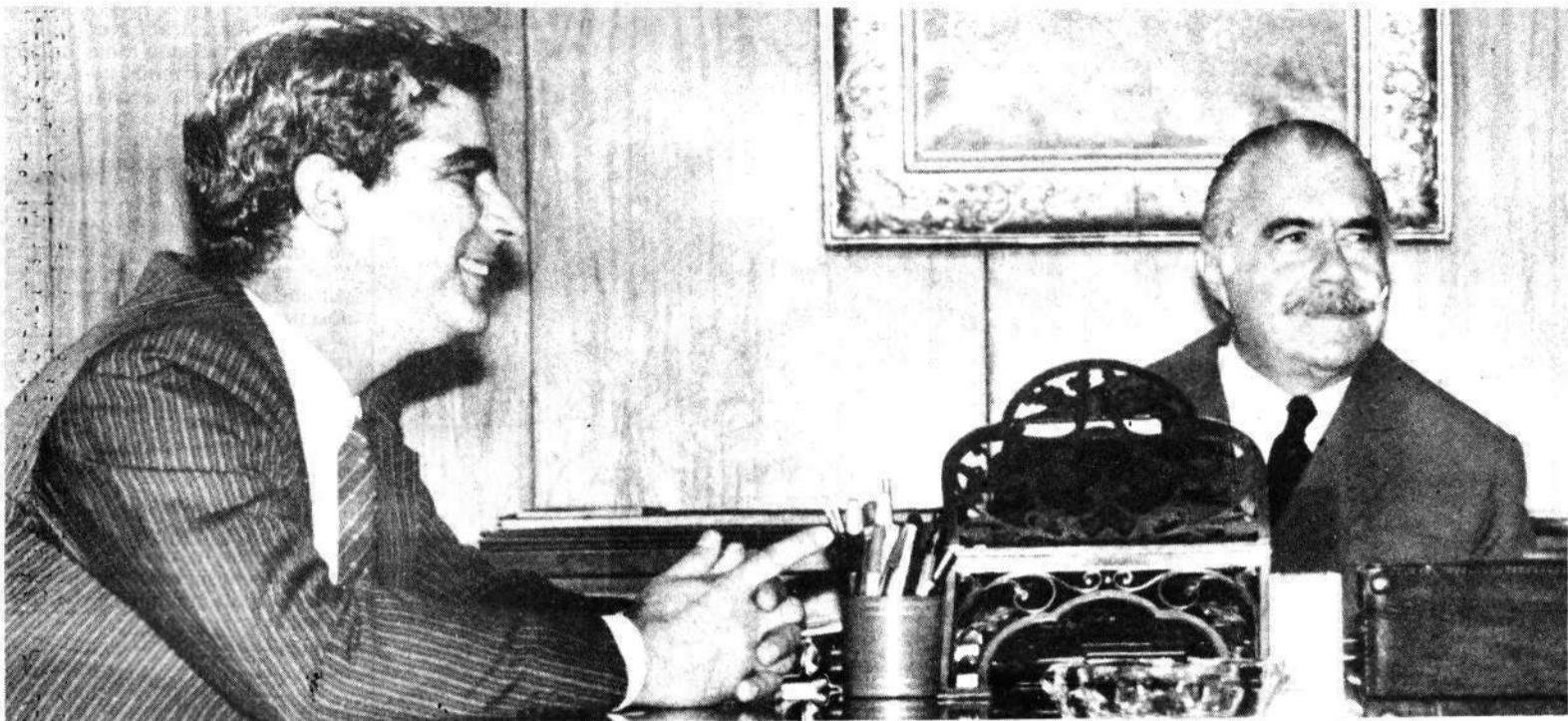


Costa Couto conta votos e tranquiliza Sarney

Ministro garante ao Presidente que posições do Planalto têm 47 adeptos na Sistematização



A melhor notícia que Sarney recebeu ontem foi dada por Costa Couto: a maioria na Sistematização é certa

Sem acordo, a votação pode durar cem dias

Se não houver acordo entre as diversas lideranças partidárias para a votação do projeto de Constituição em plenário, o processo poderá se estender por mais de uma centena de dias. O cálculo — nada otimista — é de um assessor da liderança do PDS e foi feito com base em um projeto de constituição de 250 artigos e 30 mil emendas, levando em conta que os constituintes solicitam destaque para votação em separado de 2 mil e 500 emendas — o que não é um número exagerado. Caso sejam realizadas sessões diárias de 10 horas e cada emenda seja discutida e votada em meia hora, serão necessários 135 dias para aprovar a nova Constituição. No regimento da Constituição não existe prazo previsto para tal, mas o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, continua querendo promulgar a nova carta no dia 15 de novembro.

Matematicamente isto é quase impossível. O projeto de constituição aprovado pela Comissão de Sistematização

deve chegar ao plenário da Constituinte no dia 5 de outubro, para votação em primeiro turno. O que os constituintes aprovarem, independente de prazo, voltará para a Comissão de Sistematização, que num prazo de dez dias preparará a redação para discussão em segundo turno. Assim, se a votação em primeiro turno demorar, por exemplo, 15 dias, o projeto voltará para a Sistematização no dia 20 de outubro e só retornará para o plenário no dia 30 do mesmo mês. Esta nova redação ficará na ordem do dia durante 15 dias, podendo ser emendada. Cumprida essa etapa, o projeto voltará novamente para a Sistematização, que dará o parecer sobre as emendas. Já está, portanto, ultrapassado o dia 15 de novembro quando o projeto retornar ao plenário para ser votado em segundo turno. Sem incidentes de percurso, funcionários da Secretaria Geral da Mesa acreditam que até o dia 20 de dezembro o projeto poderá estar votado e aprovado.

LEONARDO MOTA

Anistia, meio termo

O deputado Marcelo Cerqueira, preocupado em dar substância ao contrato de negociação das lideranças da Constituinte, apresentou emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral em que procura atenuar os possíveis entroschinhos entre o poder político e a instituição militar no tocante à anistia. Com arrimo em estudo do ex-deputado Marcelo Cerqueira, um quadro infelizmente fora da Constituinte, o primeiro secretário da Assembleia Nacional sugeriu que se desse à questão o mesmo tratamento das dívidas da fazenda pública, que se extinguem em 5 anos.

Assim, os militares punidos pelos atos revolucionários teriam sua reintegração limitada ao recebimento dos títulos e patentes em que estariam atualmente se houvessem seguido carreira. A indenização pecuniária seria de 5 anos, relativamente às patentes em que atualmente estariam caso não tivessem sido punidos. Mas esses militares não teriam a reintegração à ativa das forças armadas, conforme as linhas conciliatórias da emenda Marcelo Cordeiro, que visou instituir uma linha de negociação em texto tão complexo.

O deputado pelo PMDB da Bahia, que apresentará as linhas gerais de sua proposta no programa de hoje à noite na TV Brasília ("Debate em Manchete"), pensa ter se antecipado a um estratagemamento do diálogo político com os militares, o qual poderia ocorrer logo adiante com o reacendimento das tensões, se o deputado Bernardo Cabral mantiver em seu novo substitutivo a anistia para os militares. Principalmente, entende que sua emenda não gera as consequências típicas de fabricar vencedores e vencidos, um eterno caldo de cultura para ressentimentos que fermentam os traumas.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

O comando nacional do PFL pretende aproveitar melhor, agora, sua dupla de festejados economistas, Mário Henrique Simonsen e Francisco Dornelles. A Simonsen, o senador Marco Maciel pretende passar os estudos preliminares que uma comissão por ele indicada já levantou para o tema da privatização, que envolve a adaptação ao país das experiências bem-sucedidas na Espanha, Inglaterra e França, de modo especial nos dois primeiros países, de redistribuição de ações de empresas estatais pelos trabalhadores. Um grupo coordenado pela Bolsa de Valores de São Paulo, recentemente viajou aos três países para recolher subsídios, entregues já ao presidente nacional do PFL.

PESQUISAS NO PLANALTO

O Palácio do Planalto espera que a tendência em favor do parlamentarismo seja atenuada pela falta de apoio popular à introdução daquela forma de governo. Para derrubar o presidencialismo, é que se lê nas pesquisas, os parlamentaristas precisariam mobilizar a opinião pública para pressionar a constituinte, já que somente 30 por cento dos que aprovam aquele sistema ficariam até o fim em sua defesa, mas mudariam de ideia em caso de pressão popular em favor do presidencialismo. A questão está, pois, em conseguir a adesão popular, que no momento não se voltará nem para gregos nem para troianos.



Afonso Arinos

Regimento da comissão já está pronto

O substitutivo ao projeto da nova Carta que o deputado Bernardo Cabral vai apresentar no dia 15 começa a ser discutido uma semana antes, portanto na próxima terça-feira, na Comissão de Sistematização, segundo o regimento encaminhado ontem pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão, aos parlamentares. A discussão se realizará durante 10 dias, incluindo sábados, domingos e feriados, em três sessões diárias de quatro horas cada uma.

Serão 120 horas de sessões de discussão. Como cada constituinte poderá discursar durante 15 minutos, um total de 480 deputados e senadores vai poder discutir até o dia 17, quando se encerra a discussão. Dias 18 e 19 estão reservados para o encaminhamento dos detalhes de dispositivos do texto a ser apresentado por Cabral. Dia 20, os destaques serão ordenados e, dia 21, começa a votação do substitutivo, que deve terminar no dia 2 de outubro.

Mesmo não sendo membro da Comissão de Sistematização, qualquer parlamentar poderá propor destaque de artigos. O quorum para a aprovação de matéria constitucional será de 47 votos (metade mais um dos 93 integrantes da Comissão).

Dom Cláudio faz sermão com críticas

Porto Alegre — O arcebispo da capital gaúcha, Dom Cláudio Colling, aproveitou a Missa da Independência, com a Catedral Metropolitana lotada por políticos e militares, incluindo o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, para criticar os constituintes e os sindicatos. No seu sermão, de ontem, Dom Cláudio advertiu para o perigo dos "ventos de ideologias prefabricadas quase sempre fora do País".

O arcebispo disse que acompanha as notícias diárias das "emendas e anteprojetos dos constituintes, seguindo as pressões que sofrem". Pelo fato da Catedral ficar ao lado do Palácio Piratini, alvo das manifestações da maioria das greves no Sul, que acabam envolvendo também, acusou "manobras escusas na classe sindical".

Garcia dá sua explicação no caso da nudez

O jornalista Alexandre Garcia, da TV Manchete, explicou ontem que não foi ele quem contou a história de um casal que fez amor nos gramados do Congresso, no Jornal da Manhete da última quinta-feira. Segundo ele, quem relatou o fato, sem revelar os nomes do jornalista e do deputado envolvidos, foi o delegado entrevistado pela reportagem da emissora, que também mostrou o gramado em questão.

Arinos acha que maioria é o maior trunfo

O grupo parlamentarista vai jogar toda a sua força — majoritária dentro da Constituinte — na negociação direta com o presidente Sarney, visando a implantação do novo sistema de governo ainda durante o mandato do atual Presidente da República. Esta estratégia foi traçada, ontem no apartamento do senador Afonso Arinos, e levada à casa do ministro Ronaldo Costa Couto pelo senador José Richa e pelo deputado Cid Carvalho.

Hoje, às 16 horas, o senador Afonso Arinos atenderá a um chamado do presidente Ulysses Guimarães, para um encontro na casa deste. Será mais uma etapa das negociações. Os parlamentaristas acreditam que têm o principal argumento para uma negociação favorável a eles: — Nos partimos de uma posição majoritária na Constituinte, afirma o deputado Cid Carvalho.

No encontro de ontem de manhã, Arinos, Richa, Carvalho e mais o vice-presidente da Comissão de

Parlamentaristas confiantes

"O consenso que se verifica hoje na Constituinte aponta para o parlamentarismo", disse ontem o deputado Aluisio Campos (PMDB-PB) vice-presidente da Comissão de Sistematização, ao comentar a questão da escolha do sistema de governo que constará na próxima constituição.

O parlamentarismo que está tomando forma no dia-dia das discussões da Constituinte, segundo Aluisio Campos, é do tipo gradual. E ele explica: "é o tipo de parlamentarismo que dará margem a que o presidente Sarney termine seu mandato como Chefe de Estado e Chefe do Governo. Só a partir daí e que

Sistematização, deputado Aloísio Campos, definiram "a tática e a estratégia das negociações com o Governo. Eles acreditam que a implantação do parlamentarismo, de forma gradual, será a fórmula que deverá sair vencedora depois das dardadeiras negociações.

O senador Afonso Arinos deixou claro que o parlamentarismo ficará no texto do anteprojeto, só sendo possível a sua substituição através da rejeição em plenário. Mas, antes, ressaltou, ainda serem esgotadas todas as possibilidades de negociação.

— Nos não temos intenção de convencer o Governo. Vamos colocar o Governo a par da nossa intenção — disse Afonso Arinos, acrescentando em seguida: — Estamos apoiados no conceito de uma força majoritária. O Presidente tem a oportunidade histórica de fazer a transição para o novo sistema de governo, que será, na verdade, a grande mudança da nova Constituição. O resto é só papel — garantiu o deputado Cid Carvalho.

o parlamentarismo propiamente dito se consolidará".

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) acha que o momento ideal para a definição do sistema de governo é o atual. Segundo ele, os constituintes abandonaram o clima emocional que vinha predominando no início dos trabalhos da assembleia: "Agora todas as tendências políticas, sejam de esquerda ou de direita, já se sentam para discutir os assuntos mais polêmicos, coisa impossível de imaginar há mais de 30 dias". Scalco defende o sistema parlamentarista para o País mas não arrisca fazer nenhuma previsão sobre qual será o futuro sistema de governo.

Luiz Henrique anunciou que levará ao presidente José Sarney os resultados do levantamento que está promovendo entre os 259 deputados de sua Bancada para verificar as preferências pelo presidencialismo e parlamentarismo. Luiz Henrique prevê que 164 serão favoráveis ao regime parlamentarista e 95 pelo presidencialismo. Até agora, ele tem 91 parlamentaristas e 50 presidencialista.

Os governadores decidiram encaminhar ao Governo e à Assembleia Nacional Constituinte a reivindicação de que os recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios sejam entregues, obrigatoriamente, a 1º de janeiro e que até 1º de julho do próximo ano estejam parovadas as leis complementares sobre a discriminação das rendas.

POLITICA

O Governador José Aparecido destacou ontem a sensibilidade de todos os Governadores para o quadro nacional. Houve unanimidade na rejeição à proposta do plebiscito, que, como acentuou na reunião, tem como objetivo dar um palanque para o ex-governador Leonel Brizola. Alguns governadores entendem, ainda, que se for mudado o sistema de governo deverá haver um plebiscito para saber se o povo concorda com o parlamentarismo.

Outra prova de bom senso, elogiada por Aparecido, que se destacou nas articulações foi a decisão dos governadores de apoiarem o mandato de cinco anos para o Presidente da República, que abriu mão de um ano.

O Governo já conseguiu assegurar os 47 votos na Comissão de Sistematização da Constituição garantindo assim a maioria. Dos constituintes para derrubar os pontos "inaceitáveis" do relatório Bernardo Cabral. Esta informação, a melhor que o presidente José Sarney recebeu nos últimos dias, lhe foi transmitida quarta-feira pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que vem coordenando o processo de negociação política na Constituinte.

Importante assessor político do Palácio do Planalto revelou que, após esta comunicação de seu ministro, o Presidente Sarney pode, finalmente, relaxar. Mas, mesmo assim, recomendou a Costa Couto que fossem redobrados os esforços na negociação visando ampliar a margem de vantagem governista no âmbito da Comissão de Sistematização. "Acreditamos que daqui para a frente será mais fácil. Mas isto não significa que vamos esquecer o ritmo da negociação", avisou o assessor.

PRESIDENCIALISMO

Segundo este assessor, a expectativa palaciana, até a noite de sexta-feira, era de que o Governo conseguiria mudar o Parlamentarismo proposto na primeira versão do relatório Bernardo Cabral, por um sistema

de governo presidencialista. E só agora, com a informação de que já dispõe da maioria, passará a negociar medidas visando o fortalecimento do Legislativo, com o objetivo de ampliar os votos do Governo.

Cumprindo esta nova etapa da estratégia governamental articulada pessoalmente por Sarney — o ministro Costa Couto convocou o relator Bernardo Cabral para uma conversa na sexta-feira durante a qual deu garantias de que o Governo apresentará propostas com a finalidade de fortalecer o Congresso Nacional e assim neutralizar, significativamente, a posição de parlamentaristas não convictos na Constituinte.

Sarney, em conversas com os ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes, que contam com a participação dos deputados Prisco Viana (PMDB-BA), Expedito Machado (PMDB-CE) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — principais pontas de lança do Presidente — expôs a nova estratégia política a ser seguida até o dia da votação na Comissão de Sistematização tendo como meta principal atrair o maior número de constituintes e assim ampliar a maioria do Governo.

CORREÇÕES

Os pontos mais polémicos sobre a ótica do Governo

Reunião não traz novos avanços

O encontro de ontem entre o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os representantes da comissão parlamentarista da Constituinte — integrada pelo deputado Cid Carvalho e pelos senadores José Richa (PMDB/PR) e Afonso Arinos (PFL/RJ) — avançou pouco. Na pauta, os dois pontos mais polêmicos do trabalho da Constituinte: mandato do Presidente Sarney e sistema de governo.

A saída da reunião, o senador José Richa falou com os jornalistas que aguardavam o resultado na porta da residência do ministro Ronaldo Costa Couto. Ele destacou que a posição do Palácio do Planalto em torno do presidencialismo se constitua em uma forma de pressionar os parlamentares a votarem pelo presidencialismo, afirmando que este posicionamento só ajuda na definição.

— Ao enfatizar que intransigência e política não combinam, o senador José Richa afirmou que o encontro de ontem foi talvez o decisivo encontro do ministro

Costa Couto com os representantes da comissão parlamentarista da Constituinte, "na qual o povo depositou suas melhores esperanças". Ele lembrou que, embora o presidente José Sarney tenha um ponto de vista favorável ao presidencialismo, com o Congresso forte, o que classificou de presidencialismo moderno, Richa descartou a hipótese de interferência do Planalto na soberania da Constituinte. Ele enfatizou que o Presidente está examinando todas as propostas que lhe são entregues "com o espírito democrático que abençoadamente vive o Brasil de hoje".

O senador afirmou que a hipótese de se implantar o parlamentarismo gradualmente precisa ser examinada, já que a elaboração da Carta Magna é de interesse de todo o povo brasileiro e do governo. Por isso

Luiz Henrique só crê em acordo

O deputado Luis Henrique, líder do PMDB na Câmara, preconizou um entendimento entre o Governo e o grupo parlamentarista da Assembleia Constituinte, argumentando que o acordo se impõe "porque, se houver disputa, o regime que vier a ser implantado já começará consideravelmente enfraquecido".

Luiz Henrique anunciou que levará ao presidente José Sarney os resultados do levantamento que está promovendo entre os 259 deputados de sua Bancada para verificar as preferências pelo presidencialismo e parlamentarismo. Luiz Henrique prevê que 164 serão favoráveis ao regime parlamentarista e 95 pelo presidencialismo. Até agora, ele tem 91 parlamentaristas e 50 presidencialista.

Anteontem à noite, o deputado Luis Henrique esteve com o Ulysses Guimarães, em sua residência, para lhe comunicar que a correlação de forças e de dois parlamentaristas para um presidencialista na Bancada do PMDB na Câmara, conforme as respostas às perguntas feitas em uma pequena ficha.

Luiz Henrique informou que o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, está se preparando para proceder idêntico levantamento junto à bancada de 46 senadores do PMDB. A ideia é conhecer as preferências de todos os constituintes do Partido pela forma de governo mais conveniente ao País.

Essa definição é tão importante para o País que não pode ser decidida no

já foram devidamente corrigidos através de uma série de emendas — tratando de questões como a reforma agrária, sistema de governo, anistia dos militares, orçamento da união, distribuição dos impostos e o papel das Forças Armadas, entre outras — elaboradas cuidadosamente pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Elas foram entregues, pessoalmente, na 5ª feira em um envelope, ao deputado Expedito Machado, do grupo pró-Sarney, também vários outros parlamentares, apresentaram as emendas do Governo, entre os quais, o líder Carlos Sant'Anna, os deputados Prisco Viana, Roberto Cardoso Alves, Jorge Leite, Nilson Gibson, José Lourenço e o senador Marco Antonio Maciel, presidente do PFL.

— Todo este processo de "ajustamento" da Comissão de Sistematização foi acompanhado de perto pelo ministro-chefe do SNL, general Ivan de Souza Mendes, que manteve inúmeros contatos com os principais articuladores políticos do Governo. Mas foi o próprio Presidente Sarney que acompanhou mais de perto todo o processo de negociação visando mudar o rumo da Constituinte que, segundo ele declarou, tornaria o país "ingovernável", caso o relatório inicial de Bernardo Cabral fosse aprovado.

— "As coisas devem ser ditas com clareza, porque no final, quem vai decidir tudo isso são os constituintes, no voto".

INDEPENDÊNCIA

— Ao comentar as emendas do Palácio do Planalto que chegam ao Congresso via parlamentares, Richa voltou a descartar qualquer tipo de pressão sobre os constituintes, lembrando que há parlamentares mais afinados com a política do governo. Mas que todos têm a sua independência para caminharem dentro de seu próprio espaço. "com toda a liberdade. H'. O importante é que todos tenham liberdade para decidir como quiser, disse o senador.

Ele se recusou a defender essa ou aquela ideia em torno de mandato ou de sistema de governo, afirmando que "estamos ainda analisando as vantagens e desvantagens desse ou daquele sistema de governo", com um ministro com quem temos a liberdade de colocar nossas ideias sem nenhum constrangimento.

voto. E indispensável um entendimento — disse.

PT MUDA

O líder da bancada do PMDB na Câmara sustenta que, qualquer que seja o resultado, vai mostrar uma grande divisão na Constituinte e o regime que for implantado "já começará enfraquecido". Por isso mesmo, acha indispensável uma negociação para o encontro de uma fórmula conciliatória.

O deputado catarinense acha que o PT vai rever a sua posição em relação à forma de regime. Lembrou que o Partido optou pelo presidencialismo tendo por base o projeto de Constituição que apresentou e que foi preparado pelo professor Flávio Comparato.

Presidente ficou no sítio

Foi do sítio de São José do Pericumã que o presidente José Sarney acompanhou atentamente as negociações entre os ministros e os constituintes, no último dia de apresentação de emendas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Sarney não achou necessária a sua presença física, porque as linhas básicas de seu pensamento em relação ao regime de governo são amplamente conhecidas pelos parlamentares. Ele é favorável ao sistema presidencialista com um parlamento forte.

Sarney aceita a participação do Congresso Nacional na administração do País, mas não concorda com a divisão do poder. O parlamento, de acordo com desejo do Presidente, pode voltar a legislar sobre matéria financeira, ao mesmo tempo que concorda com a

censura de ministros, e até mesmo propor a substituição. Só não aceita o veto à indicação. Ele deseja um presidencialismo moderno para o Brasil, e não da forma "imperial" como é estruturado atualmente.

O pensamento de Sarney, como observou o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, foi traduzido pela emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP) apresentada nesta sexta-feira. O parlamentar propõe a ampliação da imunidade parlamentar, com o direito de emitir juízo de censura sobre a atuação político-administrativa dos ministros, a criação de comissão permanente mista, de comissão representativa, maior controle do Congresso na edição de decretos-leis, assim como a eliminação de todas as restrições existentes para a constituição das comissões parlamentares de inquérito.

O ministro Costa Couto não aceita as críticas à participação do Governo no processo de definição das emendas ao substitutivo, argumentando que o Poder Executivo não vai impor nenhuma norma à Constituinte, pois sempre respeitou a sua soberania. A participação oficial, destacou, vem acompanhando as diretrizes básicas definidas pelos constituintes. Ele observa que os próprios parlamentares estão procurando o Governo para colherem subsídios para apresentarem suas emendas.

Couto afirma que o Governo não pode impor suas posições, porque os constituintes vão decidir em plenário o que é bom para o País. Ele espera apenas que os trabalhos continuem no trilho normal, para que a Carta seja aprovada dentro do cronograma estabelecido. O Governo não vai interferir no calendário.